Marabá/PA, 013 de março de 2023

LÍLIAN VIANA FREIRE

Promotora de Justiça Titular- 13ª PJ de Marabá

Em substituição na Promotoria de Justiça de Itupiranga

Protocolo: 914153

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO PORTARIA 08/2023-MP/5ªPJM

O Ministério Público do Estado do Pará, por intermédio da 5ª Promotora de Justiça de Marituba, Eliane Cristina Pinto Moreira, titular, no uso de suas atribuições de defesa do meio ambiente, patrimônio cultural, Urbanismo e consumidor, vem no pleno uso de suas funções constitucionais previstas no art. 129, III, da Constituição Federal de 1988, de acordo com o art. 8º, §1º, da Lei nº. 7. 347/1985, art. 26, I, da Lei nº 8.625/1993, com base no art. 54, I, da Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará e na Resolução 23/2017 do Conselho Nacional do Ministério Público resolve instaurar o presente procedimento administrativo.

POLO ATIVO: MINISTÉRIO PÚBLICO

POLO PASSIVO: FACCHINI S/A

OBJETO DA APURAÇÃO: acompanhar o cumprimento do acordo de compensação ambiental firmado com a Empresa FACCHINI S/A. ELIANE CRISTINA PINTO MOREIRA (5ª Promotora de Justiça Cível e Defesa do Consumidor, do Meio Ambiente, do Patrimônio Cultural, da Habitação e do Urbanismo de Marituba).

Protocolo: 913941

Extrato da PORTARIA Nº 002/2023-MP/2ªPJBARCARENA

O 2º Promotor de Justiça de Barcarena, com fundamento no art. 54, VI e § 3º da Lei complementar nº 057/06 e no art. 4º, inc. VI da RESOLUÇÃO Nº 23-CNMP de 17/09/07, torna pública a instauração do Inquérito Civil Público nº 002/2023-MP/2ªPJB, o qual se encontra à disposição na Promotoria de Justiça de Barcarena, situada na Trav. Cantídio Nunes, s/nº - Bairro Betânia, CEP.: 68.445-000, Barcarena-Pará, Fone: (91) 3753-1442/2907.

PORTARIA Nº 002/2023-MP/2ªPJB.

Interessados: Imerys Rio Capim S/A; Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Sustentabilidade.

Assunto: Apuração dos danos ambientais decorrentes do lançamento de efluentes industriais em corpo hídrico, ocorrido no dia 06.12.2022.

Márcio Silva Maués de Faria

Protocolo: 913943

Extrato da Recomendação nº. 01/2023-MP/PJM

O Ministério Público do Estado do Pará, por intermédio da 3ª Promotora de Justiça de Marituba, Dra. ÉRICA ALMEIDA DE SOUSA, no uso de suas atribuições de defesa dos Direitos Constitucionais Fundamentais, do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa de Marituba, vem no pleno uso de suas funções previstas no art. 129, III, da Constituição Federal de 1988, de acordo com o art. 8º, §1º, da Lei nº. 7. 347/1985, art. 26, I, da Lei nº 8.625/1993, com base no art. 54, I, da Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará e na Resolução 164/2017 do Conselho Nacional do Ministério Público, RECOMENDAR, nos autos do Procedimento Administrativo SAJ nº. 09.2023.00000135-2, à Prefeita Municipal de Marituba/PA, senhora PATRICIA RONIelly RAMOS ALENCAR MENDES, que seja realizado concurso público no prazo de até 06 (seis) meses, de forma que os servidores temporários sejam substituídos – paulatinamente, por servidores efetivos. Recomendação nº. 01/2023-MP/PJM

ÉRICA ALMEIDA DE SOUSA (3ª Promotora de Justiça Cível e de Defesa dos demais Direitos Constitucionais Fundamentais, do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa de Marituba)

Protocolo: 913918

PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO PORTARIA 16/2023-MP/5ªPJM

O Ministério Público do Estado do Pará, por intermédio da 5ª Promotora de Justiça de Marituba, Eliane Cristina Pinto Moreira, titular, no uso de suas atribuições de defesa do meio ambiente, patrimônio cultural, Urbanismo e consumidor, vem no pleno uso de suas funções constitucionais previstas no art. 129, III, da Constituição Federal de 1988, de acordo com o art. 8º, §1º, da Lei nº. 7. 347/1985, art. 26, I, da Lei nº 8.625/1993, com base no art. 54, I, da Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará e na Resolução 23/2017 Do Conselho Nacional do Ministério Público, art. 13, da Resolução 007/2019 do CPJ resolve instaurar o presente procedimento preparatório.

POLO ATIVO: MINISTÉRIO PÚBLICO

POLO PASSIVO: VALDEMAR AMORIM BARROS

OBJETO DA APURAÇÃO: levantar maiores elementos para apuração sobre a prática da infração ambiental de posse irregular de passeriformes por Valdemar Amorim Barros.

ELIANE CRISTINA PINTO MOREIRA (5ª Promotora de Justiça Cível e Defesa do Consumidor, do Meio Ambiente, do Patrimônio Cultural, da Habitação e do Urbanismo de Marituba).

Protocolo: 913905

PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO PORTARIA 15/2023-MP/5ªPJM

O Ministério Público do Estado do Pará, por intermédio da 5ª Promotora de Justiça de Marituba, Eliane Cristina Pinto Moreira, titular, no uso de suas atribuições de defesa de defesa do meio ambiente, patrimônio cultural, Urbanismo e consumidor, vem no pleno uso de suas funções constitucionais

previstas no art. 129, III, da Constituição Federal de 1988, de acordo com o art. 8º, §1º, da Lei nº. 7. 347/1985, art. 26, I, da Lei nº 8.625/1993, com base no art. 54, I, da Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará e na Resolução 23/2017 Do Conselho Nacional do Ministério Público, art. 13, da Resolução 007/2019 do CPJ resolve instaurar o presente procedimento preparatório.

POLO ATIVO: MINISTÉRIO PÚBLICO

POLO PASSIVO: CRISTALLI INDÚSTRIA E COMÉRCIO-EIRELI

OBJETO DA APURAÇÃO: levantar maiores elementos para apuração dos danos ambientais e as responsabilidades eventualmente decorrentes dos fatos constantes do auto de infração aplicado à empresa Cristalli Ltda, no ano de 2021.

ELIANE CRISTINA PINTO MOREIRA (5ª Promotora de Justiça Cível e Defesa do Consumidor, do Meio Ambiente, do Patrimônio Cultural, da Habitação e do Urbanismo de Marituba).

Protocolo: 913906

INQUÉRITO CIVIL PORTARIA Nº 12/2023-MP/5ªPJM

O Ministério Público do Estado do Pará, por intermédio da 5ª Promotora de Justiça de Marituba, ELIANE CRISTINA PINTO MOREIRA, titular, no uso de suas atribuições de defesa do meio ambiente, patrimônio cultural, habitação, urbanismo, consumidor e outros, vem no pleno uso de suas funções constitucionais previstas no art. 129, III, da Constituição Federal de 1988, de acordo com o art. 8º, §1º, da Lei nº. 7. 347/1985, art. 26, I, da Lei nº 8.625/1993, com base no art. 54, I, da Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará e na Resolução 007/2019 do Colégio de Procuradores de Justiça RESOLVE instaurar Inquérito Civil com o objetivo de apurar a irregularidade do funcionamento das carvoarias existentes no bairro Bela Vista no Município de Marituba.

POLO ATIVO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

INTERESSADO: PROPRIETARIO DE CARVOARIAS

Marituba, 10 de março de 2023.

ELIANE CRISTINA PINTO MOREIRA (5ª Promotora de Justiça Cível e Defesa do Consumidor, do Meio Ambiente, do Patrimônio Cultural, da Habitação e do Urbanismo de Marituba).

Protocolo: 913915

PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO PORTARIA 14/2023-MP/5ªPJM

O Ministério Público do Estado do Pará, por intermédio da 5ª Promotora de Justiça de Marituba, Eliane Cristina Pinto Moreira, titular, no uso de suas atribuições de defesa de defesa do meio ambiente, patrimônio cultural, Urbanismo e consumidor, vem no pleno uso de suas funções constitucionais previstas no art. 129, III, da Constituição Federal de 1988, de acordo com o art. 8º, §1º, da Lei nº. 7. 347/1985, art. 26, I, da Lei nº 8.625/1993, com base no art. 54, I, da Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará e na Resolução 23/2017 Do Conselho Nacional do Ministério Público, art. 13, da Resolução 007/2019 do CPJ resolve instaurar o presente procedimento preparatório.

POLO ATIVO: MINISTÉRIO PÚBLICO

POLO PASSIVO: SUPER POSTO DOIS MIL LTDA-EDPP

OBJETO DA APURAÇÃO: apurar os danos ambientais e as responsabilidades eventualmente decorrentes dos fatos constantes no auto de infração aplicado à empresa Super Posto 2 Mil LTDA, no ano de 2021.

ELIANE CRISTINA PINTO MOREIRA (5ª Promotora de Justiça Cível e Defesa do Consumidor, do Meio Ambiente, do Patrimônio Cultural, da Habitação e do Urbanismo de Marituba).

Protocolo: 913911

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO PORTARIA 17/2023-MP/5ªPJM

O Ministério Público do Estado do Pará, por intermédio da 5ª Promotora de Justiça de Marituba, Eliane Cristina Pinto Moreira, titular, no uso de suas atribuições de defesa do meio ambiente, patrimônio cultural, Urbanismo e consumidor, vem no pleno uso de suas funções constitucionais previstas no art. 129, III, da Constituição Federal de 1988, de acordo com o art. 8º, §1º, da Lei nº. 7. 347/1985, art. 26, I, da Lei nº 8.625/1993, com base no art. 54, I, da Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará e na Resolução 23/2017 do Conselho Nacional do Ministério Público resolve instaurar o presente procedimento administrativo.

POLO ATIVO: MINISTÉRIO PÚBLICO

POLO PASSIVO: MUNICÍPIO DE MARITUBA

OBJETO DA APURAÇÃO: acompanhar a implementação do Marco Legal do Saneamento no Município de Marituba. ELIANE CRISTINA PINTO MOREIRA (5ª Promotora de Justiça Cível e Defesa do Consumidor, do Meio Ambiente, do Patrimônio Cultural, da Habitação e do Urbanismo de Marituba).

Protocolo: 913913

EXTRATO DE PORTARIA Nº 02/2023-MP/1ªPJI

A 1ª Promotoria de Justiça de Itaituba, com fundamento no art. 54, VI e §3º da Lei Complementar nº 057/06 e no Art.3º. § 1º da RESOLUÇÃO Nº 181/2017-CNMP, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo - SIMP nº 002127-922/2022-MP/1ª PJI, que se encontra à disposição na 1ª Promotoria de Justiça de Itaituba, situada na Av. Nova de Santana, 384, bairro Centro, CEP. 68180-030 - Itaituba - Pará - Fone: (93) 3518-2123/3518-3099.

Assunto: O presente Procedimento Administrativo tem por finalidade específica de "fiscalizar e acompanhar as providências tomadas pela Conselho